

Agricultura familiar no município de Glória do Goitá – PE: diagnosticando os entraves para a autonomia no campo

Family agriculture in the municipality of Glória do Goitá - PE: diagnosing the obstacles to autonomy in the field

FERREIRA, Gizelia Barbosa¹; SILVA, Ricardo Torres da²; COSTA, Cristiane Maria dos Santos³; SILVA, Wellington Costa da⁴; CARVALHO NETO, Moisés Felix de⁵; FREITAS, Rubenice Maria de⁶.

1, 2, 3 e 4|FPE - Campus Vitória de Santo Antão, gizelia.ferreira@vitoria.ifpe.edu.br; ricardotorres279504@gmail.com; cristianemscosta01@gmail.com; wellington.costa@vitoria.ifpe.edu.br; 5UFRR, moises.fcn@gmail.com; 6UFSCAR- CCA, rubynha1995@gmail.com.

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O projeto do Núcleo (NEPEACS-SAN) teve como objetivo construir conhecimentos baseados na realidade dos agricultores e agricultoras, buscando "desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade", trabalhando as dinâmicas sociais, econômicas, ecológicas e culturais de acordo com a PNATER. O estudo foi realizado no município de Glória do Goitá – PE através das ferramentas do DRP, reuniões e oficinas. As famílias ressaltaram problemas semelhantes, como a ausência de assistência técnica e extensão rural, a falta de acesso a água, a má organização do trabalho, o baixo interesse dos jovens em continuarem no campo, destacando a dificuldade de acesso as políticas públicas. As ações de extensão podem contribuir efetivamente na construção de redes sociotécnicas que se estimulam e se fortalecem, revertendo o quadro ressaltado e promovendo a melhoria na qualidade de vida no campo.

Palavras-chave: extensão rural; agroecologia; política pública; gênero; geração.

Keywords: rural extension; agroecology; public policy; genre; generation.

Introdução

Segundo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) deverá promover processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, bem como estar centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações por meio de metodologias que sejam educativas e participativas, interligadas às dinâmicas locais, buscando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2010).

Com o desafio de integrar todas essas nuances, foi criado o "Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia, Campesinato e Sustentabilidade com ênfase em Segurança Alimentar e Nutricional – NEPEACS-SAN" no IFPE - Campus Vitória de Santo Antão, oficialmente como um projeto de extensão, mas atuando também com atividades de ensino e pesquisa, estimulando o desenvolvimento de atividades individuais, grupais e comunitárias, compreendendo desde o planejamento, a



execução, o monitoramento e a avaliação das atividades propostas na metodologia, visando à emancipação social, ambiental e econômica das famílias que participarão do projeto.

As atividades desenvolvidas nesse projeto tiveram como base o respeito às diversidades sociais, étnicas, ecológicas e culturais, o respeito e a valorização dos conhecimentos locais, adotando "ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis" (BRASIL, 2010).

As políticas públicas ligadas à agricultura familiar estão relacionadas principalmente a redução da pobreza no campo, envolvendo diversos aspectos, devendo "contribuir desenvolvimento rural sustentável. enfatizando processos para desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos" (CAPORAL e RAMOS, 2006). A escolha da Microrregião de Vitória de Santo Antão baseia-se também nos dados de que 54% da população desse território se encontram em condição pobreza (IBGE, 2004).

Também são observados alguns assentamentos de reforma agrária que já vem participando de algumas políticas e projetos públicos, mas que ainda demandam pelos serviços de ATER de maneira efetiva, contínua, colocando em evidência que as políticas públicas ainda não conseguiram modificar aspectos estruturantes da sociedade principalmente no que se refere ao rural. Por outro lado, existem experiências exitosas de agricultores familiares organizados em associações e assentamentos, na produção para o autoconsumo e a comercialização, que devem ser valorizadas, apoiadas e compartilhadas, como forma de superar a insegurança alimentar, dentre estas podemos ressaltar nesta microrregião que estão cadastrados/as 75 agricultores/as orgânicos no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Buscando chegar a outras famílias, priorizaram-se comunidades rurais e assentamentos sem acesso a assessoramento técnico, atuando com agricultores/as familiares e/ou assentados/as da reforma agrária organizados/as em associações e/ou cooperativas, dando ênfase à participação das mulheres e da juventude rural, dando ênfase nesse trabalho aos dados construídos no município de Glória do Goitá.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi construir conhecimentos baseados na realidade dos agricultores e agricultoras, estimulando a organização de redes que busquem "desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade", trabalhando as dinâmicas sociais, econômicas, ecológicas e culturais, como estabelece a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2010).



Metodologia

O município de Glória do Goitá faz parte da microrregião de Vitória de Santo Antão, mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco e tem uma população de 29.019 distribuída em 231,832 km², inseridos no bioma Mata Atlântica, com clima As' segundo a classificação de Köppen (quente e úmido com chuvas de outono-inverno) (IBGE, 2004; 2010).

Vale ressaltar que o município possui dois assentamentos de reforma agrária, sendo um deles o Projeto de Assentamento Canavieiras, que possui 85 famílias em aproximadamente 420 hectares (BRASIL, 2017), do qual duas famílias participaram nesse projeto (Famílias 07 e 08) e mais seis famílias participantes são da comunidade rural de Guilherme (Famílias 01 a 06), totalizando oito famílias.

As etapas foram: a) Reunião de Sensibilização; b) Diagnóstico da Comunidade: baseada no Diagnóstico Rural Participativo – DRP (VERDEJO, 2006); c) Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF); d) Oficinas participativas; e e) Dias de Campo. Os dados discutidos nesse trabalho foram construídos nas etapas de diagnóstico da comunidade e da UPF.

Resultados e Discussão

As famílias da comunidade de Guilherme vivem nesse local a mais de dez anos (intervalo entre 12 a 41) e ressaltaram que sempre moraram no campo, enquanto que no Assentamento Canavieiras a Família 07 está a oito anos na propriedade e a Família 08 a três anos (o Assentamento foi oficializado em 2006). São agrupamentos em sua maioria pequenos, com uma média de três pessoas por família, variando de uma pessoa (Família 06) a quatro pessoas por família (Famílias 1, 3, 5 e 7). Duas das famílias têm indivíduos pluriativos, segundo eles com a finalidade de aumentar a renda e assim melhorar a qualidade de vida e investir na manutenção da área de produção.

Observam-se algumas similaridades nas oito famílias em relação às limitações que envolvem as dimensões social, econômica e ambiental, como a ausência de assistência técnica e extensão rural e a dificuldade de acesso a água ressaltados por 100% dos participantes, seguidos da má organização do trabalho realizado nas atividades produtivas e domésticas (87,5%), apenas em uma propriedade as atividades domésticas são realizadas exclusivamente pelo homem, porque esse vive sozinho, nas outras propriedades as mulheres realizam as atividades domésticas de forma exclusiva e realizam também atividades na área de produção, acumulando assim duas jornadas. Vale ressaltar que todas disseram que os homens ajudam "as vezes" nas atividades domésticas.



Todas as famílias compram água de carros-pipa para o consumo humano e duas famílias compram água mineral, no período que os poços secam compram para todas as atividades produtivas, alguns deixam de produzir na época mais seca. Uma ATER de qualidade, também poderia promover estratégias de manejo e conservação de solo e da água, e construir caminhos para acessar as tecnologias de captação, armazenamento e conservação da água da chuva, ligados ao programa Água para todos, parte do programa Fome Zero que atualmente teve grande parte do recurso reduzido.

Outro fator ressaltado foi o baixo interesse dos jovens de continuarem no campo destacado por duas famílias, principalmente porque o campo, conforme apresentado pelas famílias das duas comunidades, ainda é esquecido pelos setores públicos, em alguns casos, como no assentamento, o poder público municipal e estadual não se responsabiliza, e o governo federal vem reduzindo os recursos para a agricultura familiar, assentamentos e comunidades tradicionais nos últimos dois anos.

O envelhecimento do rural e a masculinização do rural são fatos observados no mundo todo, no Brasil, vem sendo observado em todas as regiões do país, decorrentes da migração dos jovens e das mulheres para as zonas urbanas, deixando o campo cada vez mais vazio. O Estado tem expulsado os/as jovens camponeses de suas casas, a partir do momento que não cria possibilidades para que possam escolher ficar.

Esse êxodo, seja temporário ou definitivo, é decorrente de diversos fatores, os observados nesse trabalho estão relacionados principalmente a não participação dos/as jovens nas atividades agrícolas, causado por uma perda de interesse por não verem possibilidades de viverem com qualidade trabalhando nessa atividade, outra causa é a não valorização do/a agricultor/a como categoria social de extrema importância para a soberania do país, bem como todo o investimento para o esvaziamento do rural com a modernização da agricultura, e a imposição de técnicas e tecnologias não apropriadas as suas realidades.

Dando continuidade ao DRP e após este, foram construídas algumas ações para refletir sobre os problemas e potencialidades, elencar as prioridades e posteriormente foi promovido um espaço para a construção de conhecimento sobre o tema prioritário com as famílias, baseando-se principalmente em uma perspectiva agroecológica,

Conclusões

As percepções construídas a partir dos DRP's realizados permitem essa primeira análise e tornam claro que o maior desafio é o acesso a políticas públicas que fortaleçam as atividades da agricultura familiar da região, mostrando a necessidade urgente de uma retomada nos investimentos para que estas cheguem aos agricultores familiares, aos assentados e as comunidades tradicionais, e assim eles



possam produzir e se reproduzir socioculturalmente, economicamente e ambientalmente.

Vale destacar também, que as ações de extensão (promovidas pelas universidades, institutos, escolas de ensino médio e/ou fundamental) podem contribuir efetivamente na construção de processos de autonomia que levem a melhoria na qualidade de vida no campo, ressaltando também que contribuem para dar visibilidade às causas desses grupos sociais, estimulando a construção de redes sociotécnicas que se estimulam e fortalecem mutuamente, transformando famílias, agroecossistemas, territórios e nações.

O projeto "Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia, Campesinato e Sustentabilidade com ênfase em Segurança Alimentar e Nutricional – NEPEACS-SAN" durou somente dois anos como ação cadastrada institucionalmente, com muitas dificuldades no caminho, mas a ideia é mantê-lo ativo. Ficando a sugestão de que esses núcleos sejam também parte da organização oficial dos Institutos Federais, não necessariamente com esse nome, nem como esse, mas enquanto ideia, que permita a integração cada vez maior entre as instituições públicas com os povos do campo, das águas, das florestas e das cidades e assim essas instituições podem cumprir de forma mais plena sua missão para com a sociedade brasileira.

Agradecimentos

Às famílias agricultoras e ao IFPE- Campus Vitória de Santo Antão pelo apoio.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. **INCRA - Painel de Assentamentos**. 2017. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm Acesso em: 15 jun. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006. Disponível em



http://agroecologia.pbworks.com/f/ArtigoCaporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf. Acesso em 28 dez. 2018.

IBGE. **Densidade demográfica**. 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/gloria-do-goita/panorama Acesso em: 16 jun. 2019.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003:** primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 276p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81847.pdf Acesso em: 16 jun. 2019.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, p. 65.